

## POLÍTICAS DE PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE ACERCA DAS ORIENTAÇÕES DO BANCO MUNDIAL

LUCAS DE PAULA RODRIGUES

VÂNIA DE FÁTIMA MATIAS SOUZA

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

---

**RESUMO:** O texto tem como objetivo analisar as relações de similaridades dos imperativos que tratam da privatização do ensino superior público brasileiro e as orientações do Banco Mundial. Considerou-se como elementos basilares os documentos “Um ajuste justo” (2017) e “Gestão de pessoas e folha de pagamentos no setor público brasileiro” (2019). As categorias elegidas entre as sustentadas pelos pressupostos da análise de conteúdo foram: relação público-privado; parcerias; gestão; reajustes e flexibilização. As impressões a partir dos dois documentos sustentam-se em imperativos suscitados no formato de “soluções” para o financiamento do ensino superior brasileiro, pautadas na diminuição do financiamento público das universidades cujas propostas são postas no formato de reajustes de financiamento do setor público.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas de Formação docente. Ensino Superior. Privatização.

---

### INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, como resposta à crise do capital e, posteriormente, intensificando-se nas décadas de 1980 e 1990, ocorreram transformações no processo produtivo por meio dos avanços tecnológicos, da acumulação flexível e de modelos distintos à produção taylorista/fordista, destacando-se o meio de produção Toyotista. Essas transformações, segundo Antunes (2004), decorrem da própria concorrência intercapitalista, por um lado, mas também afetaram fortemente a classe trabalhadora e o seu movimento sindical e operário, dada pela busca incessante de controlar o movimento operário e a luta de classes.

Essa nova conjuntura dos meios de trabalho, baseados na flexibilização e descentralização dos meios de produção, contra o estado de bem-estar social, surgiram a fim de servir como base à sociedade neoliberalista. Dessa forma, as políticas neoliberais surgem para fortalecer e manter essas transformações. Políticas essas sustentadas nos pressupostos do liberalismo clássico de Adam Smith, no qual a evidência decorre de maneira incisiva na valorização do papel do mercado frente ao papel do Estado. Entretanto, esse modelo vai se reformulando, readequando e redesenhando suas premissas para atender às próprias demandas, apresentadas pelos “novos” modelos de

mercado produzidos pelo capitalismo, derivando outra roupagem, designada como neoliberalismo e, conseqüentemente, suas políticas neoliberais criticam a teoria keynesiana e o estado de bem-estar social, enaltecendo as liberdades individuais e os benefícios da regulação por meio do mercado (HÖFLING, 2001). Essas políticas surgem como potencial de fortalecimento dos ajustes, com possibilidade de redefinição e ampliação dos espaços privados em detrimento da esfera pública, afetando tanto o setor produtivo quanto o campo dos direitos sociais resultante das lutas dos trabalhadores.

E, nesse sentido de reconfiguração dos constructos de sustentação da esfera social que desenha politicamente a própria sociedade, a educação começa a se adequar a esse modelo de formação de homem a fim de instaurar a reconfiguração dessa conjuntura idealizada, a qual vai se consolidar como concreta por meio dos indicadores de uma educação pautada nessa reconfiguração na qual o Estado deixa de ser o agente responsabilizador do processo e o sujeito em que os imperativos do "laissez-faire" são explicitados no campo educacional a partir da implementação do discurso dos imperativos da meritocracia. Portanto, nesse modelo de sociedade neoliberal e de trabalho flexível, os espaços educacionais assumem a responsabilidade de desenvolver novas práticas de gestão e organização, processos metodológicos, formativos e avaliativos, a fim de preencher a demanda de mão de obra para o mercado de trabalho.

Assim, a partir da segunda metade do século XX, com os processos de mundialização e globalização financeira, a fim de manter a ordem social estabelecida, começam a surgir interferências externas em relação à educação mundial e principalmente na América Latina, em que os organismos internacionais passaram a determinar metas que os países precisavam atingir. Esses organismos internacionais, sobretudo os responsáveis pelo financiamento e empréstimos aos países subdesenvolvidos, como o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), começam a assumir um papel de ministérios de educação, muitas vezes à frente das políticas públicas educacionais mundiais (MAUES 2003).

Diante disso, o objetivo deste trabalho foi analisar as relações de similaridades dos imperativos que tratam da privatização do ensino superior público brasileiro e as orientações do Banco Mundial. Considerou-se como elementos basilares os documentos "Um ajuste justo" (2017) e "Gestão de pessoas e folha de pagamentos no setor público brasileiro" (2019). As categorias elegidas sustentadas pelos pressupostos da análise de conteúdo foram: relação público-privado; parcerias; gestão; reajustes e flexibilização. Para tanto, realizamos uma pesquisa com abordagem descritiva e, para delinear as discussões dos dados, recorreremos à pesquisa bibliográfica, uma vez que, nas palavras de Severino (2007, p. 122), a pesquisa bibliográfica é "aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados".

Da mesma forma, segundo Gil (2002, p. 45) "a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente". Como possibilidade de ampliar a discussão dos dados, amparamos nossa pesquisa nos pressupostos de análise sugerida por Bardin (1977) que, segunda a autora, enriquece a

tentativa exploratória e aumenta a propensão à descoberta, por ser considerada como um conjunto de técnicas de análise de comunicações que se apropria de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

## POLÍTICAS DE PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Na perspectiva neoliberal, os sistemas educacionais perpassam por uma profunda crise de eficiência, produtividade e eficácia, e que se sobressai à crise de quantidade, extensão e universalização educacional. De acordo com a perspectiva neoliberal, os culpados pela crise são o modelo de estado assistencialista, os sindicatos dos professores e até mesmo os agentes do processo, que correspondem aos alunos, pais e professores (GENTILLI, 1996).

É decorrente desse cenário que as correntes neoliberais começam a criar “estratégias” para solucionar tal “crise”. Estratégias que, ainda de acordo com Gentilli (1996), surgem com o propósito de articular e subordinar a educação e os sistemas educacionais às necessidades do mercado de trabalho, a fim de instaurar meios de controle e avaliação da qualidade dos serviços educacionais, nos sistemas amplos e também especificamente no interior das instituições de ensino.

Corroborando esse pressuposto, Barroso (2005) afirma:

No domínio da educação, a influência das ideias neoliberais fez-se sentir quer por meio de múltiplas reformas estruturais, de dimensão e amplitude diferentes, destinadas a reduzir a intervenção do Estado na provisão e administração do serviço educativo, quer por meio de retóricas discursivas (dos políticos, dos peritos, dos meios de informação) de crítica ao serviço público estatal e de “encorajamento do mercado”. (BARROSO, 2005, p. 741).

O encorajamento do mercado resulta na submissão das políticas educacionais a uma lógica estritamente econômica, introduzindo valores de competição, concorrência, excelência e meritocracia, promovendo modelos de gestão empresarial como parâmetros ideais para a modernização educacional pública, buscando medidas para sua privatização (LEÃO, 1999).

Esse modelo de educação associado aos pressupostos do empreendedorismo, alicerçado nas relações entre o público-privado, evidenciado por meio da estimulação ao financiamento direcionado ao campo educativo sustenta-se de forma sublimar por meio da empregabilidade assumida pelos chamados “voucher” ou parcerias resultantes do que Krawczyk (2008) aponta como sendo uma privatização total ou parcial das instituições efetivadas de maneira incisiva nos modelos de gestão educacional.

Os parâmetros e opções de financiamento deixam de ser conduzidos por políticas determinadas pelo Estado e passam a ser de responsabilidade da mão invisível do mercado, onde a eficácia, qualidade e excelência são definidas pelas regras da concorrência.

Em relação ao Brasil, as políticas de formação docente nas últimas décadas tiveram como plano de fundo econômico-financeiro o ajuste neoliberal da economia,

junto com seus objetivos de privatização das empresas estatais, transferindo para a iniciativa privada obrigações tradicionalmente de responsabilidade do Estado.

Da mesma forma, no plano político-administrativo, as políticas de formação docente objetivaram a reforma do aparelho do Estado pós-burocrático e gerencialista. Exemplo disso foi a proposta brasileira de transformar as instituições federais de ensino superior em organizações sociais (entidades de direito privado), programa esse de publicização do Estado, que tem como principal instrumento os contratos de gestão.

Em conformidade, Dourado (2002) afirma que a partir do ano de 1990 o Brasil começou a implantar políticas neoliberais de reforma do Estado, gerando alterações nas intervenções estatais, refletindo assim nas políticas públicas educacionais em harmonia com os organismos internacionais e multilaterais.

Os ideários centrais dessas reformas, amparadas nos organismos internacionais e suas políticas neoliberais, foram a flexibilização e diversificação dos sistemas de ensino, aumentando a competitividade a fim de diminuir gastos públicos.

Esse ideário de flexibilização do padrão de educação impactou as universidades públicas brasileiras, pois a partir desse momento, e levando em conta o início da construção de um consenso sobre a ineficiência dos serviços públicos em geral, que ganham força os argumentos neoliberais da necessidade de diversificação das fontes de financiamento, a partir do setor privado, e o fortalecimento da expansão do ensino superior privado, por meio da liberalização dos serviços educacionais (MANCEBO, 2006).

Os ajustes e políticas neoliberais redefiniram e ampliaram os espaços privados em detrimento da esfera pública, não apenas no setor produtivo, mas também no campo dos direitos sociais resultante das lutas dos trabalhadores. Especialmente na educação superior, os governos neoliberais vêm gerando intensas reformas educacionais, culminando em um processo de privatização das universidades, afetando a organização da formação e do trabalho docente.

A privatização da educação e, concomitantemente, das universidades públicas, pode ocorrer de três formas levando em conta seu fornecimento e financiamento. Conforme Gentili (1998, p. 75), a dinâmica de privatização pode ocorrer segundo: "1) fornecimento público com financiamento privado; 2) fornecimento privado com financiamento público; e 3) fornecimento privado com financiamento privado". A primeira resulta na privatização do financiamento, a segunda na privatização do fornecimento, e a terceira na privatização total.

As políticas de educação superior, amparadas nos ideários neoliberais, caracterizam-se pela redução permanente do financiamento estatal da educação superior pública, pelo congelamento salarial dos trabalhadores universitários, pela paralização de sua expansão, pela perda de direitos trabalhistas, pela flexibilização dos contratos de trabalho, na diversificação das fontes de financiamento, e no implemento das universidades de ensino ou neoprofissionais em detrimento das universidades de pesquisa (SGUISSARDI, 2005).

Ao analisar o cenário do ensino superior (ES) no Brasil, Sguissard (2015) defende que o mesmo passa por um processo de "massificação mercantilizadora", ocasionado pelas transformações no próprio ES, antes de ordem pública e de direito dos cidadãos, com foco principal na educação, para um serviço privado e comercial, cujo principal obje

RODRIGUES, L. de P.; SOUZA, V. de F. M.

tivo está voltado para o lucro, transformação ocasionada principalmente pelo estatuto jurídico, pelo aumento dos cursos privados de EAD, pela presença de fundos de investimentos nacionais e internacionais e por meio das fusões de instituições de ensino superior privado.

Ao mesmo tempo em que há um fomento dos investimentos no ensino superior privado, há um desinvestimento por parte do Estado no financiamento e nas políticas públicas de acesso e permanência dos indivíduos nas instituições de ensino superior públicas. O que vemos é um Estado que se resume em políticas focalizadas, como acontece em diversos programas de acesso ao ensino superior, prevendo alguma igualdade no acesso, porém perpetuando a desigualdade de permanência e, concomitantemente, de sucesso no mercado de trabalho.

Nesse contexto, as políticas neoliberais para o ensino superior retiram do Estado a função de financiar as universidades públicas, o que sugere que a privatização das universidades é a única forma de solucionarmos a “crise educacional”, crise que é posta pelos neoliberais, como resultado pelo paternalismo do Estado e pelas políticas de bem-estar social ou de cunho social.

#### O BANCO MUNDIAL (BM) E SUAS ORIENTAÇÕES PARA AS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A partir da segunda metade do século XX, com os processos de globalização e consequente mundialização financeira, o estado brasileiro abre mão de sua soberania e passa a atender aos interesses de economias hegemônicas por meio das orientações de organismos mundiais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse comportamento do Estado refletiu sob vários aspectos nas políticas educacionais do país. Nesse sentido, ao longo dos anos as concepções do Banco Mundial e suas prioridades para o financiamento da educação têm sido elaboradas em uma série de documentos de políticas, com diferentes destaques e títulos.

Dessa forma, optamos por analisar dois documentos do Banco Mundial redigidos para o Brasil, um do ano de 2017, intitulado “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil” e outro de 2019, nomeado de “Gestão de pessoas e folha de pagamentos no setor público brasileiro”, ambos destinados às políticas de financiamento do setor público brasileiro. O foco de nossa análise é compreender quais as orientações do banco para o financiamento das instituições de ensino superior (IES) públicas, e como a ideia de privatização das IES públicas aparece nesses documentos.

O primeiro documento de nossa análise, “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, em um de seus capítulos trata da educação brasileira, em especial, sobre o seu financiamento. O título do capítulo é: “Gastar mais ou melhor? Eficiência e Equidade da Educação Pública” (BANCO MUNDIAL, 2017).

Com relação ao ensino superior, o documento apresenta na sua introdução a seguinte afirmação:

Os gastos públicos com o ensino superior também são altamente ineficientes, e quase 50% dos recursos poderiam ser economizados. Os gastos públicos com ensino fundamental e médio são progressivos, mas os gastos com o ensino superior são altamente regressivos. Isso indica a necessidade de introduzir o pagamento de

mensalidades em universidades públicas para as famílias mais ricas e de direcionar melhor o acesso ao financiamento estudantil para o ensino superior (programa FIES) (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 121).

Essa declaração deixa bem clara a situação em que as IES públicas se encontram perante as políticas do Banco Mundial, que advém das políticas neoliberais, a cobrança de taxas e mensalidade dos alunos, e a focalização do acesso às classes sociais baixa, por meio de programas sociais, em consonância com Sguissard (2015). Tais ações não asseguram a permanência dos alunos nas instituições e, conseqüentemente, no mercado de trabalho, enfraquecendo as universidades públicas ao mesmo tempo que fortalece as instituições privadas valorizando a ideia de privatização do ensino superior público.

Quanto à conclusão perpassada nesse trecho do documento, em que relata que o Brasil não gasta pouco, mas gasta mal, e que 50% dos gastos poderiam ser evitados, o banco utilizou a relação entre investimento em educação e o PIB do Brasil, comparando-a com outros países, o que podemos afirmar, amparados na análise de Pinto (2018), que se trata de um mito já que ao analisar a relação investimento – PIB e equipará-la com outros países, na maioria das vezes mais ricos que o Brasil, o Banco Mundial desconsidera que o PIB do Brasil é menor, então o investimento total em educação em todos os níveis, automaticamente, também será menor.

Mais adiante, o documento deixa perpassar outra ideia, de suma importância para compreendermos o papel das universidades, que é a desvalorização do ensino público perante a supervalorização das instituições privadas. Segundo o documento:

A análise de eficiência realizada por meio da metodologia DEA confirma a existência de um alto nível de ineficiência, de tal forma que os mesmos resultados poderiam ser atingidos com cerca de 17% menos de recursos; a ineficiência é maior em universidades federais: o valor adicionado é baixo em comparação com os seus custos (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 133).

Ao mesmo tempo em que desvaloriza o ensino superior público nas esferas federais e estaduais, supervaloriza o ensino privado ao declarar que: “As universidades privadas brasileiras tendem a ser mais custo eficiente do que as públicas” (BANCO MUNDIAL, 2017, p.134). O banco chega a essa conclusão analisando apenas as provas do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, o que podemos compreender que a qualidade educacional de uma IES pública, tanto no seu tripé pesquisa, ensino e extensão como na sua contribuição para a produção de conhecimento e ciência da humanidade foi totalmente desconsiderada.

Ao fim, o documento apresenta duas propostas de reformas, a primeira se resumiria em limitar os gastos por aluno das universidades públicas, incitando-as a buscarem outra forma de captar recursos, e a segunda opção, como já citada anteriormente, seria a introdução de tarifas escolares para os estudantes mais ricos, e financiamentos estudantis para os alunos mais pobres (BANCO MUNDIAL, 2017).

Em suma, observa-se que as duas propostas de “solução” que constam no documento têm por finalidade reduzir o financiamento estatal destinado às IES públicas, ao mesmo tempo em que fomentam a ideia de parcerias público-privado para o financiamento das universidades, o que deve ser entendido como um primeiro passo para a privatização das universidades públicas brasileiras.

O segundo documento encomendado pelo Brasil ao BM e que pode ser considerado o mais atual em relação ao financiamento das instituições públicas foi publicado em 2019 e é denominado “Gestão de pessoas e folha de pagamentos no setor público brasileiro”.

Em linhas gerais, o documento defende a existência de uma “crise” no sistema e nas instituições públicas brasileiras e que reajustes precisam ser feitos, tanto nos entes federais como estaduais. Inicialmente, o fato que consideramos mais importante nesse documento é que o mesmo defende a diminuição, cortes e congelamentos de investimentos nos setores públicos, principalmente nos setores de educação, saúde e segurança.

O documento defende ainda a flexibilização do servidor público, para que assim ele possa transitar de um cargo para outro, realizando entre outras palavras mais de uma função: “A flexibilização permitiria a mobilidade de servidores entre órgãos e a ampliação da gama de atividades em que eles poderiam ser alocados, diminuindo a necessidade de novos concursos” (BANCO MUNDIAL, 2019 p. 12). Constatamos nesse trecho outra “solução” que o BM apresenta para a crise do setor público, ou seja, a diminuição dos concursos públicos.

Observamos que em todo o documento há comparações entre os servidores públicos e os trabalhadores da iniciativa privada, transmitindo a noção de que o financiamento e a estrutura da iniciativa privada deve ser padrão para as instituições públicas, descrevendo “soluções” para a diminuição dos gastos com os servidores públicos, como a aproximação dos salários públicos aos dos trabalhadores da iniciativa privada, reduzindo o número de carreiras, salários e a utilização de bônus salariais conforme o desempenho dos servidores (BANCO MUNDIAL, 2019).

Em síntese, o documento prega reajustes de financiamento do setor público, congelamento de salários dos servidores, diminuição de concursos públicos e, ao mesmo tempo, defende uma maior dificuldade para aprovação nos mesmos, flexibilização dos contratos de trabalho, diminuição ou até corte dos planos de carreira, extinção de diversos cargos públicos, aproximação dos salários públicos aos da iniciativa privada, diminuição dos salários iniciais e o pagamento de bonificações por mérito e desempenho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que os ideários neoliberais e, concomitantemente, as políticas de privatização influenciaram e ainda induzem as políticas públicas de formação docente nos países subdesenvolvidos e especificamente no Brasil. Ponderamos também que as políticas de financiamento para a educação e, conseqüentemente, para a formação docente foram potencializadas pela atuação dos organismos internacionais, sobretudo os responsáveis pelo financiamento e empréstimos aos países subdesenvolvidos, como o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Entendemos que de fato houve inicialmente uma expansão das políticas neoliberais e de privatização no país e em toda América Latina, principalmente após a década de 1990, com a expansão e mundialização do capital e, concomitantemente, com a reforma do Estado e a crítica ao estado de bem-estar social. Porém, após a nossa análise, consideramos que outra onda neoliberal e de privatização está ocorrendo no Brasil, principalmente pelos inúmeros documentos emitidos pelos organismos internacionais ao Brasil após 2016.

Nesse sentido, ao analisar os documentos “Um ajuste justo”, de 2017, e “Gestão de pessoas e folha de pagamentos no setor público brasileiro”, de 2019, realizados pelo Banco Mundial, destinados ao Brasil e que enfatizam entre vários pontos o investimento das instituições de ensino superior públicas – IES públicas, e os investimentos aos servidores públicos, consideramos que em ambos os documentos há uma política de privatização das IES públicas baseada nos pressupostos neoliberais.

No primeiro documento, isso ocorre por meio de propostas de cobranças de taxas e mensalidade dos alunos, diminuição dos investimentos estatais para as IES públicas, parcerias público-privadas entre as instituições públicas e o setor empresarial, e a busca por outras formas de obter recursos, que não seja a partir do financiamento público.

No segundo, por intermédio de congelamento dos salários dos servidores, diminuição de concursos públicos, ao mesmo tempo em que defende o aumento da dificuldade para aprovação nos mesmos, flexibilização dos contratos de trabalho, diminuição ou até corte dos planos de carreira, extinção de diversos cargos públicos, aproximação dos salários públicos aos da iniciativa privada, diminuição dos salários iniciais e o pagamento de bonificações por mérito, bonificações e desempenho, acarretando a desvalorização das instituições estatais.

Observa-se nesses imperativos a busca da efetivação da implementação do discurso sustentado nos ditames das prerrogativas neoliberais para educação, em que se acena enfaticamente para a busca de formas e maneiras para a supervalorização dos benefícios conferidos à privatização do ensino superior, sob a égide do fortalecimento dos meios de produção, cujos imperativos subscrevem-se na busca consensuada da qualidade do ensino. Ressalta-se que as observâncias às análises realizadas em ambos os documentos denotaram o fato das políticas públicas brasileiras encontrarem-se em consonância com os imperativos das agências internacionais com enfoque na estratificação e direcionamento das relações ao campo monetário e financeiro, em detrimento às prerrogativas de investimento ao fomento de pesquisas, discussões acerca da qualidade do ensino superior e a formação docente.

Artigo recebido em: 21/03/2020  
Aprovado para publicação em: 17/05/2020

RODRIGUES, L. de P.; SOUZA, V. de F. M.

---

#### PRIVATIZATION POLICIES IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: AN ANALYSIS ABOUT THE WORLD BANK GUIDELINES

**ABSTRACT:** The text aims to analyze the relations of similarities of the imperatives that deal with the privatization of Brazilian Public Higher Education and the guidelines of the World Bank. It was considered as basic elements the documents "A fair adjustment" (2017) and "People management and payroll in the Brazilian public sector" (2019). The categories supported by the assumptions of the elected content analysis were: public-private relationship; partnerships; management; readjustments and flexibilization. The impressions brought by the two documents are sustained in the imperatives brought in the format of "solutions" for the financing of Brazilian Higher Education, based on the reduction of public funding for universities whose proposals are put in the format of public sector financing readjustments.

**KEYWORDS:** Teacher Training Policies. Higher Education. Privatization.

---

#### POLÍTICAS DE PRIVATIZACIÓN EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR BRASILEÑA: UN ANÁLISIS SOBRE LAS DIRECTRICES DEL BANCO MUNDIAL

**RESUMEN:** El texto tiene como objetivo analizar las relaciones de similitudes de los imperativos que se ocupan de la privatización de la educación superior pública brasileña y las directrices del Banco Mundial. Los elementos básicos se consideraron los documentos "Un ajuste justo" (2017) y "Gestión de personas y nóminas en el sector público brasileño" (2019). Las categorías respaldadas por los supuestos del análisis de contenido elegido fueron: relación público-privada; asociaciones; gestión; reajustes y flexibilidad. Las impresiones aportadas por los dos documentos se basan en los imperativos traídos en el formato de "soluciones" para el financiamiento de la educación superior brasileña, en base a la reducción del financiamiento público para las universidades cuyas propuestas se colocan en el formato de ajustes de financiamiento del sector público.

**PALABRAS CLAVE:** Políticas de capacitación docente. Educación superior. Privatización.

---

#### REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, 2005.

CARLOS GIL, A.. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, 2002.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T. da & GENTILI, P. (org.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília, DF: CNTE, 1996. p. 9-49.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

HÖFLING, Eloisa de. et al. Estado e políticas (públicas) sociais. Campinas: **Cadernos Cedes**, 2001.

KRAWCKYK, Nora R. Em busca de uma nova governabilidade na educação. In: OLIVEIRA, Dalila A; ROSAR, Maria de F. F. **Política e Gestão da Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 61-74.

LEÃO, Geraldo M. P. "Novas" estratégias da gestão privada da educação pública. In: OLIVEIRA, D. A; DUARTE, Marisa R. T. **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 115-122.

MANCEBO, Deise; MAUÉS, Olgaíses; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente. **Educar em revista**, Curitiba, v. 1, n. 28, p. 37-53, 2006.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. Reformas internacionais da educação e formação de professores. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 1, n. 118, p. 89-117, 2003.

BANCO MUNDIAL. Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. In: BANCO MUNDIAL. **BRASIL-REVISÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS**, v. 1, 2017. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>. Acesso em: 2 dez. 2019.

BANCO MUNDIAL. Gestão de pessoas e folha de pagamentos no setor público brasileiro. O que os dados dizem? 2019.

Disponível em:

<http://documents.worldbank.org/curated/en/449951570645821631/Gest%C3%A3o-de-Pessoas-e-Folha-de-Pagamentos-no-Setor-P%C3%BAblico-Brasileiro-o-Que-Os-Dados-Dizem>. Acesso em: 5 dez. 2019.

PINTO, J. M. R. O financiamento da educação na constituição federal de 1988: 30 anos de mobilização social. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 145, p. 846-869, out./dez, 2018

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RODRIGUES, L. de P.; SOUZA, V. de F. M.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade pública estatal: entre o público e o privado/mercantil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 90, p. 191-222, 2005.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, 2015.

---

LUCAS DE PAULA RODRIGUES: Formado em Educação Física Licenciatura pela Universidade Estadual de Maringá. Graduado em Educação Física Bacharelado pela Unicesumar. Mestrando em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação (PPE), da Universidade Estadual de Maringá, na área de Políticas Públicas Educacionais. Possui experiência na área de Educação Física, com ênfase em Educação Física Escolar.  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0767-5484>  
E-mail: [lucasdepaularodrigues@hotmail.com](mailto:lucasdepaularodrigues@hotmail.com)

---

VÂNIA DE FÁTIMA MATIAS SOUZA: Graduada em Pedagogia pela Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí (2000). Graduada em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina (2000). Mestre em Educação Física pelo Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física da Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina (2009). Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (2014). Professora Adjunta do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Professora do Mestrado Profissional em Educação Física associado entre Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho e Universidade Estadual de Maringá. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física Escolar (GEEFE/CNPq).  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4631-1245>  
E-mail: [vfmatias@gmail.com](mailto:vfmatias@gmail.com)

---

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).